



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 58/2025
LICITAÇÃO COMPARTILHADA – CISREC
PROCESSO LICITATÓRIO: 93/2024
PREGÃO ELETRÔNICO: 040/2024
PROCESSO DE COMPRA 44/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC 002/2025

Ata de Registro de Preços oriunda de Licitação Compartilhada do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO**, para futura e eventual **aquisição** de medicamentos que entre si celebram o Município de São José da Lapa-MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a DROGAFONTE LTDA.

Cláusula Primeira - DAS PARTES:

1.1. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA.
ENDEREÇO: Praça Pedro Firmino Barbosa N° 176 – Centro – São José Da Lapa – CEP: 33.350-000 CNPJ: 42.774.281/0001-80
Representante Legal: Prefeita Municipal: Marcia de Fátima Lopes Ferreira, inscrito no CPF: 009.715.916-60.

1.2. CONTRATADA: DROGAFONTE LTDA, com
Sede Na ROD BR 101 NORTE, (SN) complemento KM 56 6 GALPAO01 GALPAO02, JARDIM PAULISTA PAULISTA-PE, CEP: 53.409-260, Inscrita No CNPJ:08.778.201/0001-26, Neste Ato Representado Pelo Senhor EUGENIO JOSE GUSMÃO DA FONTE FILHO CPF/CNPJ: 293.247.854-00 fernanda.fonte@drogafonte.com.br, Telefone: (81) 2102-1809

Cláusula Segunda - DO OBJETO:

2.1 Registros de preços para aquisição de medicamentos, destinado a atender as demandas do consórcio intermunicipal de saúde e de políticas de desenvolvimento da região do calcário e dos municípios consorciados.

2.2 Este instrumento não obriga o Órgão Gerenciador do presente Pregão para Registro de Preços, e de outros órgãos/entidades participantes a adquirir os fornecimentos/serviços nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para fornecimento/realização dos serviços de um ou mais item/lote, obedecida a legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

Cláusula Terceira - DOS PREÇOS REGISTRADOS:

O preço global da presente Ata é de **R\$ 50.213,20** (Cinquenta mil, duzentos e treze reais e vinte centavos) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item/lote:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ano: 2025		Ano Processo: 2025		N.Processo: 44		Início: 18-06-2025		Fim: 06-02-2026	
Fornecedor: 1111		DROGAFONTE LTDA						Ata: 58	
Item Ata	Item Proc.	Item Lic	Tipo Item	Descrição	Qtde.	Valor	Saldo		
04	04	00	Consumo	DEXAMETASONA CREME 1% C/ 10 GR	2000,00	1,52000			
06	06	00	Consumo	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COMPRIMIDO	14000,00	0,03900			
08	08	00	Consumo	FENOBARBITAL 100 MG COMPRIMIDO	42000,00	0,13800			
10	10	00	Consumo	MICONAZOL CREME VAGINAL 2% C/ 80 GR	300,00	7,60000			
16	16	00	Consumo	ACIDO FOLINICO- FOLINATO DE CALCIO - 15 MG COMP.	600,00	2,20000			
27	27	00	Consumo	METRONIDAZOL 5MG/ML IV	600,00	4,26000			
30	30	00	Consumo	CITRATO DE FENTANILA 0,05MG/ML 10ML IV/ IM	300,00	3,73000			
35	35	00	Consumo	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA 12,5MG/ML 20ML IV	400,00	4,85000			
39	39	00	Consumo	COMPLEXO B 2ML AMPOLA -IV IM	1800,00	1,02000			
41	41	00	Consumo	DICLOFENACO DE SODIO 25 MG/ML - 3 ML -IM	5000,00	0,73300			
45	45	00	Consumo	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML AMP 5 ML	250,00	5,10000			
47	47	00	Consumo	GLICONATO DE CÁLCIO 100MG/ML-10ML IV - 10 ml	200,00	2,00000			
48	48	00	Consumo	ADENOSINA 6MG/2ML IV- VOL. 2ML	200,00	10,20000			
54	54	00	Consumo	CIMETIDINA 150 MG/ML INJ. AMP. 2ML	2000,00	1,14000			
60	60	00	Consumo	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA +EPINEFRINA 20MG/ML - 0,005MG/ML 20ML	400,00	5,55550			
71	71	00	Consumo	RISPERIDONA 02 MG COMP.	4000,00	0,10900			
90	90	00	Consumo	CETOCLONAZOL CREME 2% 30G	700,00	2,70000			
92	92	00	Consumo	AMBROXOL XAROPE PEDIATRICO 15MG/5ML C/ 100ML	1200,00	2,15000			
94	94	00	Consumo	LEVOMEPRIMAZINA 100 MG COMPRIMIDO	14000,00	0,59000			
95	95	00	Consumo	NEOMICINA +BACITRACINA C/ 10 GR	1400,00	1,94000			
99	99	00	Consumo	SIMETICONA GTS 75 MG/ML 15 ML	1800,00	1,12000			

Cláusula Quarta - DA VIGÊNCIA:

4.1. A vigência desta Ata será até **06/02/2026**, contados a partir da data deste documento, nos termos do art. 48, do Decreto Municipal nº. 1874, de 14 de agosto de 2020.

Cláusula Quinta - DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao fiscal (is) da ata, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

Cláusula Sexta - DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO:

6.1. O Órgão Gerenciador solicitará os serviços mediante a emissão da respectiva ordem de fornecimento/serviço.

6.2. O envio da Ordem de Fornecimento/Ordem de Serviço por e-mail, implica na ciência do prestador quanto ao início do prazo para a entrega das mercadorias/prestação dos serviços contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

6.3. Se o prestador recusar-se a atender à ordem de fornecimento/serviço, poderão ser convocados os demais prestadores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Cláusula Sétima - LOCAL E DA EXECUÇÃO:

7.1. O prazo de entrega dos medicamentos deverá ser de até no máximo dez (10) dias após o recebimento do pedido de empenho enviado por e-mail, contados à partir da data de saída do produto do local de origem.

7.2. O prazo de validade do medicamento na entrega não poderá ser inferior a 70% da data de fabricação do medicamento, caso seja entregue algum medicamento com a validade inferior ao determinado neste edital, a Farmácia Municipal deve ser comunicada previamente para autorizar ou não o faturamento e uma carta de garantia de troca do medicamento deve vir previamente aos farmacêuticos.

7.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado da Saúde, localizado à Rua Horizonte, 195 - Centro, São Jose da Lapa – MG, CEP: 33.350-000, Tel: (31) -2010-1129 das 8 h às 12:00 h e das 13:00 às 17:00h (atrás da Policlínica Central do município-Policlínica Dr. Gentil Macedo Jr).

7.4. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência.

Cláusula Oitava - CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1. Os medicamentos serão recebidos:

8.1.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

8.1.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 02 (dois) do recebimento provisório.

8.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

8.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

8.5. Dos medicamentos a serem entregues:

8.5.1. Os medicamentos a serem fornecidos deverão estar em conformidade com a legislação sanitária vigente.

8.5.2. Os fabricantes e distribuidoras devem cumprir as exigências da Portaria n.º 802, de 08/10/1998, do Ministério da Saúde republicada em 07/04/1999.

8.5.3. Os medicamentos sólidos de uso oral deverão ser acondicionados em “Blisters”, e cada unidade (blister) deverá possuir o número do lote e o prazo de validade gravados.

8.5.4. As ampolas e frascos-ampolas deverão ter o número do lote e o prazo de validade gravados em cada unidade.

8.5.5. Embalagens de formas farmacêuticas semi-sólidas devem conter tampa rosqueada com recurso para perfuração do selo de garantia.

8.5.6. A produção, comercialização e transporte das soluções parenterais de grande volume deverão estar ajustadas a Portaria 500 de 09/10/97 do Ministério da Saúde.

8.5.7. Os dizeres constantes em rótulos, bulas e embalagens deverão estar em conformidade com o estipulado pela legislação.

8.5.8. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens de fábrica lacradas pelo fabricante.

8.5.9. O almoxarifado da Secretaria de Saúde se reserva o direito de não receber produtos que sejam entregues: em embalagens de papelão que contenham diversos produtos, não proporcionando uma condição boa de identificação e conferência; fora das embalagens primárias ou em embalagens violadas e/ou danificadas.

Cláusula Nona - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Constituem obrigações:

9.1. DA CONTRATADA:

9.1.1. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, dosagem, número do lote, validade.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

9.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação;

9.1.5. Comunicar ao gestor ou ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.2. DO CONTRATANTE:

9.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.2.5. Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência.

Cláusula Décima – DO PAGAMENTO:

Ficha: 182 Fonte: 2621

Ficha: 182 Fonte: 1600

Ficha: 193 Fonte: 1500

Ficha: 193 Fonte: 1600

Ficha: 201 Fonte: 2621

Ficha: 192 Fonte: 1500



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ficha: 189 Fonte: 1500

10.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, no prazo de até 30 dias, contados da data da efetiva liquidação da(s) Nota(s) Fiscal (is) ou Recibo de pagamento de autônomo (RPA), no Sistema Informatizado, devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

10.1.1. O pagamento da Nota Fiscal/RPA fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal da ata.

10.1.2. As Notas Fiscais/RPA ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Contratada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo Contratante.

10.1.3. Nas Notas Fiscais/RPA deverão vir os dados bancários completos da Contratada, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da Contratada.

10.2. Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar obrigatoriamente, junto a nota fiscal de produtos/serviços, a seguinte documentação:

I - Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista.

10.3. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

10.4. Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

10.5. É vedado ao Contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes da ata.

Cláusula Décima Primeira – DAS ALTERAÇÕES:

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65, II, "d" da Lei Federal Nº8.666/93.

11.2. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Órgão Gerenciador negociará com o prestador sua redução.

11.3. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o prestador, antes de ser convocado a atender a Ordem de Serviços, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, como exemplo notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de prestadores, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de preços.

Cláusula Décima Segunda – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

*Praça Pedro Firmino Barbosa, nº. 176 – CEP: 33.350-000 – São José da Lapa – MG
Fone e Fax: (31) 2010-1101*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

12.1. A presente Ata ou o registro de prestador específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

12.1.1. DO CONTRATANTE:

- a) Quando a CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de preços;
- b) Quando a CONTRATADA não atender à Ordem de Compras/Serviço no prazo;
- c) Quando a CONTRATADA der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal Nº8.666/93;
- d) Quando a CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo MUNICÍPIO.

12.1.2. DA CONTRATADA:

- a) Mediante solicitação por escrito, antes do pedido de prestação, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) Mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a CONTRATADA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do MUNICÍPIO, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.4. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo CONTRATANTE, facultando-se a este a aplicação das

sanções previstas nesta Ata.

12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativas à prestação dos serviços.

12.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei federal Nº 8.666/93, o CONTRATANTE adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

Cláusula Décima Terceira - DAS SANÇÕES:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

13.1. O atraso e a inexecução parcial ou total desta Ata caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções:

13.1.1. Advertência por escrito;

13.1.2. Multa, nos seguintes termos:

13.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

13.1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

13.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a **30 (trinta) dias**, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até **2 (dois) anos** ou impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento do cadastro de fornecedores municipal, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**.

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme dispõe o art. 87 da Lei Nº 8.666/93.

13.2. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

13.2.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

13.2.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

13.2.3. Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;

13.2.4. Prestação de serviço de baixa qualidade ou fornecimento de bens de baixa qualidade.

13.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

13.4. A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

- 13.5.** As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município de São José da Lapa.

Cláusula Décima Quarta – DA FISCALIZAÇÃO:

- 14.1.** GESTOR DA ATA: Charles Taze Oliveira Santos, e-mail: comprasda.saude@saojosedalapa.mg.gov.br, Telefone: (31)2010-1205.

- 14.1.2.** FISCAL DA ATA Michele das Graças Barbosa, Cargo: Farmacêutica Municipal e-mail: saojosedalapa.rfm@gmail.com, Telefone: (31)2010-1230.

14.2. Compete ao Gestor da ata acima identificado exercer a administração da ata, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência da ata, verificar a necessidade e possibilidade de renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

14.3. Compete ao Fiscal da ata acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor da ata, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata, etc.

14.4. O fiscal da ata anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de

conformidade com o art. 70 da Lei Nº 8.666, de 1993.

Cláusula Décima Quinta – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ATA:

15.1. Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, devidamente comprovadas documentalmente, que resulte em desequilíbrio financeiro permanente, nas condições da ata e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações, a CONTRATADA poderá pleitear revisão de preços.

15.2. A revisão será aprovada conforme apresentação de Planilhas de Custo da época da formulação da proposta e Planilhas de Custo atual dos itens/lotos a serem



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

revisados, bem como Nota Fiscal anterior ao processo do qual baseou o preço da proposta apresentada e a Nota Fiscal atual comprovando o preço a ser revisado. O preço poderá sofrer acréscimo como decréscimo de acordo com o preço praticado no mercado.

15.3. A cada pedido de revisão de preço deverá comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço. As variações sazonais nos preços, decorrentes de eventos previsíveis, porém desconsiderados na formulação da proposta, não poderão ser utilizadas para justificar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da ata.

15.4. É vedado à CONTRATADA interromper o serviço/fornecimento, sendo a referida obrigada a continuar a prestação enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando neste caso sujeita às penalidades previstas nesta ata.

15.5. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

15.6. A não apresentação ou apresentação incompleta e insatisfatória da documentação prevista nesta cláusula importará no não reconhecimento ao equilíbrio econômico-financeiro pleiteado.

15.7. AS REGRAS COMPLETAS SOBRE O PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO CONSTAM DA **IN CGM N. 003/2020**, QUE PODE SER ACESSADA NO LINK:
<https://www.saojosedalapa.mg.gov.br/portal/servicos/203/controladoria/>

Cláusula Décima Sexta – DA GARANTIA

16.1.1. A Contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas de cada produto.

16.1.2. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos produtos.

16.1.3. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

16.1.3.1. Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;

16.1.3.2. Rompimento indevido do lacre de garantia dos produtos.

16.1.4. A movimentação dos produtos entre unidades da Contratante efetuado com recursos próprios **NÃO** exclui a garantia.

16.1.4.1 É de responsabilidade da **CONTRATADA** o ônus da prova da origem das falhas.

16.1.5. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.070 de 11 de
Praça Pedro Firmino Barbosa, nº. 176 – CEP: 33.350-000 – São José da Lapa – MG

Fone e Fax: (31) 2010-1101



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

setembro de 1990.

16.1.6. A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos produtos objetos deste Termo de Referência, quando os mesmos apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

16.1.7. A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 05(cinco) dias uteis, contados da comunicação realizada pela Contratante.

Cláusula Décima Setima– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços, dentro dos limites legais, sendo impossível os aditivos decorrentes, de acréscimo ou supressão de quantitativos ou de prorrogação de prazo de vigência superior a 12 (doze) meses.

17.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública Municipal poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do Órgão Gerenciador.

17.3. Caberá ao prestador beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta prestação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

17.4. As aquisições adicionais de que trata o subitem 16.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

17.5. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

Cláusula Décima Oitava - DO FORO:

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Vespasiano - MG para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes desta Ata.

18.2. E, por estarem ajustadas, firmam esta Ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA
ESTADO DE MINAS GERAIS

São José da Lapa, 23 de junho de 2025.

MARCIA DE FÁTIMA LOPES FERREIRA

Prefeita Municipal
Contratante

DROGAFONTE LTDA.

EUGENIO JOSE GUSMÃO DA FONTE FILHO
CPF/CNPJ: 293.247.854-00

Contratada

Praça Pedro Firmino Barbosa, nº. 176 – CEP: 33.350-000 – São José da Lapa – MG
Fone e Fax: (31) 2010-1101

